



**Critérios de Pesquisa:**

**Período:** 01/12/2021 a 31/12/2021

**Indexação:** "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/5

|                            |                            |                               |
|----------------------------|----------------------------|-------------------------------|
| 160.2021                   | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa 13/12/2021-19:24 |
| Publ.: DCD<br>14/12/2021 - | - CARLOS ZARATTINI-PT -SP  |                               |
| CÂMARA DEPUTADOS           | DOS BREVES COMUNICAÇÕES    | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO  |

**Sumário**

Imediata votação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, relativo à alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

**O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, vimos hoje, nas manchetes dos jornais, o cálculo de que o povo brasileiro já perdeu 148 bilhões de reais por conta do não reajuste da tabela do Imposto de Renda. Isso é um verdadeiro absurdo!

Nesta Casa, depois de muitos anos, a última vez em que se reajustou a tabela foi em 2015, no Governo da Presidenta Dilma Rousseff. Em 2015 foi feito o último reajuste. De lá para cá, não houve mais nenhum reajuste. E agora que esta Casa aprovou elevar de 1.800 reais para 2.500 reais o limite de isenção e, ao mesmo tempo, corrigir a tabela, o projeto fica parado no Senado Federal. E fica parado por dois motivos. Em primeiro lugar, há resistência das grandes empresas em pagar imposto sobre distribuição de lucros e resultados, sobre dividendos, o que é cobrado em todos os países do mundo. Só no Brasil é jabuticaba.

Em segundo lugar, essa decisão justa é referendada pelo Governo, que não se esforça para aprovar um projeto que ele mesmo enviou a esta Casa.

Portanto, nós queremos dizer aqui claramente: temos que defender e reduzir o imposto que o povo brasileiro paga. E temos que aumentar a

cobrança de imposto sobre as grandes empresas.

Esse projeto foi costurado, discutido, debatido amplamente nesta Casa. Ainda que uns não gostem, que outros achem que há um problema aqui e outro ali, que outros achem que se avançou pouco, o fato é que o projeto, no seu conjunto, melhora o sistema tributário nacional. Esse sistema é mais justo do que o que está vigendo agora.

Portanto, temos que fazer pressão sobre o Senado Federal para que coloque em votação o projeto da reforma tributária - e eu nem diria que é uma reforma tributária, mas correções no Imposto de Renda - e que seja aprovado e implantado a partir do próximo ano. Isso é muito necessário.

O povo brasileiro está cansado de pagar imposto, enquanto olha os bilionários se esquivando, colocando o seu dinheiro num paraíso fiscal, a exemplo de quem? Do próprio Ministro Paulo Guedes, que não gosta de pagar imposto para o Governo brasileiro.

Muito obrigado.

---

Documento 2/5

160.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/12/2021-  
CD 22:20  
Publ.: DCD - 14/12/2021 - GENERAL PETERNELLI-PSL -SP  
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

## *Sumário*

Importância da Emenda Substitutiva Global nº 20, de 2019, acerca da criação do imposto único nacional sobre a movimentação ou transmissão de valores e de créditos, bem como de direitos de natureza financeira, apresentada pelo orador à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, relativa à alteração do Sistema Tributário Nacional. Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2021, sobre a instituição do Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional - RELP.

**O SR. GENERAL PETERNELLI** (PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSL queria ganhar tempo também, mas dentro desse foco com que nós estamos abordando o tema, eu não poderia perder a oportunidade de comentar sobre a Emenda Substitutiva nº 20, que taxa movimentação financeira. Dessa maneira, a pequena e microempresa que movimentou muito dinheiro já pagou.

Quem não movimentou não precisaria pagar. E é mais uma demonstração de que aquela proposta de reforma tributária é muito importante.

E quanto ao REFIS, o PSL orienta "sim".

Obrigado pela paciência, Sr. Presidente.

Documento 3/5

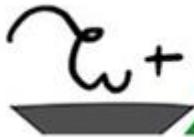
161.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/12/2021-  
CD 21:00  
Publ.: DCD - 15/12/2021 - DARCI DE MATOS-PSD -SC  
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER DISCURSO

*Sumário*

Apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2021, sobre o estabelecimento do novo regime de pagamento de precatórios, a modificação das normas relativas ao novo regime fiscal e o parcelamento de débitos previdenciários das municipalidades brasileiras. Importância da realização de reformas constitucionais e das desestatizações, para a retomada do desenvolvimento econômico com geração de emprego e renda.

**O SR. DARCI DE MATOS** (PSD - SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, telespectadores que nos acompanham pela *TV Câmara*, a Câmara e o Senado estão resolvendo um problema que foi colocado em cima da mesa do Executivo: um aumento absurdo de 54 bilhões de reais para quase 90 bilhões de reais do ano de 2021 para 2022, oriundos das ações do FUNDEF. Nós, o Executivo e o Parlamento brasileiro, precisávamos resolver este problema.

E estamos resolvendo-o da melhor forma, ou seja, aprovamos a PEC dos Precatórios, num primeiro momento, que foi para o Senado. Uma parte já foi sancionada, e volta a outra parte aqui. Com o conteúdo que estamos votando hoje, estamos garantindo, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, pura e simplesmente, recursos para custearmos o Auxílio Brasil a partir do ano que vem. Ele vai matar a fome de aproximadamente 17 milhões de famílias no Brasil. Absurdamente ainda há crianças e idosos que não fazem as três refeições diárias. Esse povo precisa ser socorrido por nós, e nós o estamos socorrendo. O conteúdo que estamos votando hoje também garante recursos para políticas públicas essenciais na área da Previdência, na área da saúde e, sobretudo, na área da assistência social.



Deputado Hugo Mota, V.Exa. está de parabéns porque fez um relatório magnífico. Ouvindo todos os pares, fez um relatório que pensou não só no Parlamento, mas também sobretudo no Executivo e na população brasileira. Estamos priorizando ainda, com o pagamento dos precatórios, os idosos, as pessoas com deficiência, as pessoas com doenças raras, Deputada Bia Kicis, e estamos proibindo o Judiciário de emitir as requisições para pagamento de precatório se não tivermos o financeiro. Isso é fundamental.

Mais do que isso, Sr. Presidente, não estamos dando calote, como diz a Oposição. Estamos dando uma solução plausível, racional. Estamos mantendo o equilíbrio fiscal. A preocupação com o equilíbrio fiscal, com o teto de gastos, continua, é uma bandeira nossa. Não abrimos mão disso. Mas a preocupação com o equilíbrio fiscal tem que vir associada à responsabilidade social, às políticas públicas e, sobretudo, às condições de matar a fome da população brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, ao votarmos parte da PEC dos Precatórios que voltou do Senado neste dia, nós estamos resolvendo o problema do Brasil, mantendo a preocupação com a responsabilidade fiscal, que é fundamental para o nosso País.

Agora, Sr. Presidente, com a reforma da Previdência, com as reformas que estamos encaminhando - a administrativa, a tributária -, com as concessões, com as privatizações, ontem mesmo nós votamos o projeto que desburocratiza as concessões e permissões das ferrovias no Brasil, com todas essas ações, nós temos a plena convicção de que vamos retomar a economia no ano que vem, o crescimento econômico, com a geração de emprego e renda, enfrentando, sobretudo, o nosso grande desafio que é o preço da cesta básica, o alto preço dos combustíveis e o alto preço do gás, Deputado Isnaldo.

Esses são nossos desafios porque esses problemas impactam não na classe média baixa ou na classe média alta, impactam no bolso do trabalhador brasileiro. O nosso compromisso, o compromisso do Parlamento brasileiro e o compromisso do Executivo, é com todos, mas fundamentalmente com as pessoas carentes, com os trabalhadores, com os desempregados, com aquelas pessoas que passam fome.

Encerro as minhas palavras, Sr. Presidente, dizendo que, com muita fé, com muita racionalidade, com muita energia, e sob a liderança de V.Exa., nós estamos ajudando o Poder Executivo a vencer a pandemia. Estamos vencendo a pandemia. E, mais do que isso, estamos vencendo a crise econômica no Brasil.

O Brasil tem que dar certo. O Brasil vai dar certo! E essa luta, essa bandeira não tem que ser só do Centro ou da Direita, tem que ser também da Esquerda, porque a preocupação com o País é de todos



nós. Todos nós estamos do mesmo lado da mesa, porque todos nós queremos o bem do Brasil. Essa é a nossa luta, essa é a nossa bandeira, e é nesse sentido que nós vamos empenhar todas as nossas forças físicas, espirituais e sobretudo políticas, para fazer com que o Brasil possa voltar a ser um grande país no cenário mundial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 4/5

---

|                            |                            |                                     |
|----------------------------|----------------------------|-------------------------------------|
| 161.2021                   | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa 14/12/2021-21:36       |
| Publ.: DCD<br>15/12/2021 - | - CELSO MALDANER-MDB -SC   |                                     |
| CÂMARA DEPUTADOS           | DOS ENCERRAMENTO           | DISCURSO<br>ENCAMINHADO<br>DISCURSO |

---

### ***Sumário***

Reflexos da epidemia de coronavírus sobre a economia e a população brasileira. Não realização das reformas tributária e administrativa. Retomada da velha política do toma lá, dá cá, por meio do orçamento secreto. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2021, sobre o estabelecimento do novo regime de pagamento de precatórios, a modificação das normas relativas ao novo regime fiscal e o parcelamento de débitos previdenciários das municipalidades brasileiras. Inexistência de motivos para comemoração do combate à corrupção no País. Manobras de integrantes do Centrão para impedimento da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 199, de 2019, sobre a alteração dos arts. 102 e 105 da Carta Magna, com vista à transformação dos recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça ( prisão de condenados em segunda instância). Apresentação de requerimento de inclusão na pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 333, de 2017, acerca da extinção do foro especial por prerrogativa de função, no caso dos crimes comuns. Concessão de autonomia ao Banco Central do Brasil. Destinação de elevado recursos de emendas orçamentárias para os Municípios do Estado de Santa Catarina. Perspectivas não animadoras para o agronegócio em 2022.

---

**DISCURSO NA ÍNTegra ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO CELSO MALDANER.**



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a minha expectativa para 2021 era muito grande e muito positiva. O ano anterior foi difícil, por conta da pandemia. Cidades foram fechadas e milhares de vidas foram ceifadas pela COVID-19, que infelizmente se estendeu por mais tempo do que se previa, atrapalhando muito a economia, tirando empregos e fazendo com que empresas fechassem, além de deixar famílias sem entes queridos seus.

Surgiu essa dificuldade, que foi enfrentada pelo mundo todo, com perda de capital, aumento do desemprego e diminuição da renda. A Câmara dos Deputados tinha muitas pautas importantes para dar andamento, que poderiam contribuir no período pós-pandemia, como as importantes e necessárias reformas tributária e administrativa, que infelizmente não andaram.

A Comissão Especial da Reforma Tributária que analisava a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, que tinha como principal objetivo simplificar e tornar menos oneroso o recolhimento de impostos, foi destituída pela Presidência da Casa, após falta de interesse do próprio Governo. Já a PEC 110/19, que tramitava no Senado e tinha votos suficientes para ser aprovada pelas duas Casas Legislativas, também não evoluiu, o que gerou insatisfação nas federações e entidades que esperavam o avanço e prejudicou a credibilidade de empreendedores e investidores.

Quanto à reforma administrativa, a oportunidade de cortar privilégios do alto escalão e estabelecer um teto para os supersalários, com a emenda antiprivilegios, não teve um aceite.

Como se não bastasse não ter sido feito o tema de casa - a aprovação dessas reformas de que o Brasil precisa -, surgiu o polêmico assunto do orçamento secreto e da compra de apoio de Parlamentares através das emendas de Relator. O "toma lá, dá cá" da velha política foi escancarado. É legítimo o pleito de aumento de recursos para programas sociais, usando-se recursos do corte de privilégios e do enxugamento da máquina pública, mas a "PEC do Calote" tira direitos de quem tem a receber recursos de precatórios reconhecidos pela Justiça. Felizmente conseguimos manter a regra de ouro com o teto dos gastos, mas aquela medida prejudicou ainda mais a credibilidade perante investidores.

No que se refere ao combate à corrupção, que continua sendo o cupim da República, não temos nada para comemorar. A PEC 199/19, sobre prisão em segunda instância, foi alvo de manobras de políticos do Centrão para se impedir a votação dessa proposta. Um absurdo!

Na luta pelo fim do foro privilegiado, apresentei requerimento para inclusão da PEC 333/17 na Ordem do Dia, mas, infelizmente, a



impunidade alimenta a corrupção, que desvia o dinheiro dos contribuintes e atravessa o desenvolvimento social e econômico do País. Por isso, não é combatida.

No plenário da Casa, a pauta mais importante que andou foi a da autonomia do Banco Central, uma medida necessária para que a circulação da moeda pudesse aumentar.

No que diz respeito a emendas parlamentares, foi mais um ano em que alcançamos aproximadamente 50 milhões de reais em recursos para os Municípios catarinenses, para as áreas de saúde, agricultura, infraestrutura urbana e turística, obras esportivas e de lazer, segurança e ação social. Em média, 4 milhões de reais ao mês foram pagos. É um saldo para se comemorar. Esse é o resultado de um trabalho de mãos limpas na defesa do municipalismo.

Vamos entrar em 2022 com uma perspectiva não muito boa. Eu sempre quero ser otimista, quero ter entusiasmo, ver as soluções dos problemas, mas, infelizmente, 2021 deixou muito a desejar, e o ano que vem, com a inflação e a taxa SELIC chegando a dois dígitos, será muito difícil. O que tem segurado a nossa economia é o agronegócio, mas há as dificuldades climáticas, como a seca, e os custos de produção aumentaram muito. Isso vai ser muito prejudicial.

Apesar de 2022 ser ano eleitoral, precisamos fazer andar esses temas, que são essenciais para a credibilidade da política e do País. Assim, vamos conseguir amenizar os problemas e retomar o crescimento. A sociedade nos pede isso. Estejamos à altura das nossas responsabilidades com o futuro da Nação.

---

Documento 5/5

---

|                            |                            |                                    |                  |
|----------------------------|----------------------------|------------------------------------|------------------|
| 163.2021                   | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa                       | 16/12/2021-11:16 |
| Publ.: DCD<br>17/12/2021 - | - CELSO MALDANER-MDB -SC   |                                    |                  |
| CÂMARA<br>DEPUTADOS        | DOS BREVES COMUNICAÇÕES    | BREVES<br>COMUNICAÇÕES<br>DISCURSO |                  |

---

### **Sumário**

Reflexos da epidemia de coronavírus sobre a economia e a população brasileira. Não realização das reformas tributária e administrativa. Retomada da velha política do toma lá, dá cá, por meio do orçamento secreto. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2021, sobre o estabelecimento do



novo regime de pagamento de precatórios, a modificação das normas relativas ao novo regime fiscal e o parcelamento de débitos previdenciários das municipalidades brasileiras. Inexistência de motivos para comemoração do combate à corrupção no País. Manobras de integrantes do Centrão para impedimento da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 199, de 2019, sobre a alteração dos arts. 102 e 105 da Carta Magna, com vista à transformação dos recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça ( prisão de condenados em segunda instância). Apresentação de requerimento de inclusão na pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 333, de 2017, acerca da extinção do foro especial por prerrogativa de função, no caso dos crimes comuns. Concessão de autonomia ao Banco Central do Brasil. Destinação de elevados recursos de emendas orçamentárias para os Municípios do Estado de Santa Catarina.

---

**O SR. CELSO MALDANER (MDB - SC. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, demais colegas Parlamentares, a minha expectativa para 2021 era muito grande e muito positiva. Viemos de um ano anterior difícil, por conta da pandemia. Cidades foram fechadas e milhares de vidas foram ceifadas pela COVID-19, que infelizmente se estendeu por mais tempo do que o previsto, atrapalhando muito a economia, tirando empregos, fazendo empresas fecharem, além de deixar famílias sem os seus entes queridos.

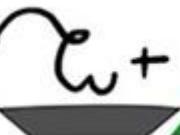
Apesar dessa dificuldade, que foi enfrentada pelo mundo todo, com perda de capital, com desemprego e baixa renda, a Câmara dos Deputados tinha muitas pautas importantes para dar andamento que poderiam ser concluídas neste pós-pandemia, como as importantes e necessárias reformas tributária e administrativa, que infelizmente não andaram.

A Comissão Especial da Reforma Tributária, da PEC 45/19, que tinha como principal objetivo simplificar e tornar menos oneroso o recolhimento de impostos, foi destituída pela Presidência da Casa após a falta de interesse do próprio Governo.

Já a PEC 110, que tramitava no Senado com votos suficientes para ser aprovada pelas duas Casas Legislativas, também não evoluiu, o que gerou insatisfação nas federações e entidades que esperavam um avanço, prejudicando a credibilidade dos empreendedores e investidores.

Na reforma administrativa, a oportunidade de cortar privilégios do alto escalão e da aplicação de um teto para supersalários com a emenda antiprivilegios não teve um aceite.

E como se não bastasse não ter feito o tema de casa, com a aprovação



dessas reformas de que o Brasil precisa, o polêmico assunto do orçamento secreto e a compra de apoio de Parlamentares através das emendas de Relator, o "toma lá, dá cá" da velha política, foi escancarado, e o legítimo pleito de aumentar recursos para programas sociais, usando recursos do corte de privilégios e do enxugamento da máquina pública, tirou direitos de quem tem dívidas a receber reconhecidas pela Justiça com a "PEC do Calote".

Felizmente conseguimos manter a regra de ouro, com o teto dos gastos, mas isso prejudicou ainda mais a credibilidade dos investidores no combate à corrupção, Sr. Presidente, que continua sendo o cupim da República.

Não temos nada para comemorar, nada. A PEC 199, da prisão em segunda instância, sofreu manobras de políticos do Centrão para impedir a votação - um absurdo!

Na luta pelo fim do foro privilegiado, apresentei requerimento para inclusão na Ordem do Dia da PEC nº 333, de 2017, mas infelizmente a impunidade alimenta a corrupção que desvia o dinheiro dos contribuintes e atravessa o desenvolvimento social e econômico do País. Por isso, não é combatida.

No plenário, a pauta mais importante que andou foi a autonomia do Banco Central.

Em emendas parlamentares, aqui vai um ponto positivo. Graças a Deus, já conseguimos praticamente o pagamento de em torno de 50 milhões de reais em emendas, beneficiando muitos Municípios catarinenses.

Gostaria que o meu discurso fosse divulgado nos veículos de comunicação da Casa, Sr. Presidente.